Anais do II Simpósio Internacional Pensar e Repensar a América Latina
ISBN: 978-85-7205-159-0

Violência de gênero e resolução de conflito: A experiência dos movimentos autônomos na Argentina, Brasil e México

Juliana da Silva Henrique
Doutoranda em História (USP)
e-mail: juliana.henrique@usp.br

Resumo: Os movimentos autônomos de Argentina, Brasil e México partilham de alguns pressupostos organizacionais de auto-gestão. Posicionando-se criticamente diante de uma perspectiva que percebe o Estado como único mediador legítimo das relações sociais cada vez mais judicializadas, elaboraram estratégias para lidar com situações cotidianas como, por exemplo, as denúncias envolvendo violência de gênero. Dentre as práticas políticas adotadas estava o escracho. Trata-se, primeiramente, de pensar o escracho e as denúncias de violência de gênero em uma perspectiva que problematize a constituição histórica de uma sociabilidade que permite a naturalização e reprodução de desigualdades sociais e, por fim, discutir a ideia de resolução de conflitos para além de uma lógica punitivista.

Palavras-chave: violência; gênero; hetoronormatividade; escracho; resolução de conflito

Abstract: Autonome movement in countries such as Argentina, Brazil and Mexico share some organizational assumptions about autogestion. Positioning critically in front of a perspective that realize the State as the only legitimate social mediator, the increasingly judicialisation of relationships, the movement reinvented strategies for resolving everyday situations, for example, complaints involving gender violence. One of the strategies was a dissemination of a practice that sought collective problematization of the conflict: the *escrache*. First of all, it is a way to think about escrache and gender violence in a perspective that problematize the historical constitution of a sociability that allow naturalization and reproduction social inequalities and, finally, discuss the idea of conflicts resolution beyond a punitivism.

Keywords: violence; gender; heteronormativity; escrache; conflict resolution

Os casos de escracho: um breve panorama

O termo escracho ficou conhecido por diferentes coletivos anarquistas e autônomos da América Latina sobretudo a partir de uma ação direta organizada em 1995 pelo coletivo argentino HIJOS (Hijos por la Identidad y Justicia contra el Olvido y el Silencio). Enquanto prática política, a ideia do coletivo era explicitar o absurdo que estava por trás da absolvição de homens envolvidos em esquemas de tortura e corrupção durante

ISBN: 978-85-7205-159-0

a ditadura militar. Acampando na frente da casa de alguns torturadores, manifestando-se em lugares públicos em que os denunciados estariam presentes, o intuito do escracho era basicamente tornar visível aquilo que tentava ser apagado da memória coletiva. Tudo se passava como se a super-exposição do caso pudesse desdobrar-se em uma comoção popular diante da indiferença que a absolvição dos torturadores representava para milhares de pessoas que tinham sido lesadas por uma política ditatorial orientada pela eliminação daquilo que lhe fizesse oposição.

Em termos gerais, o objetivo do escracho era de trazer à tona esses casos de violação dos direitos humanos no sentido de enunciar quão arbitrária e desrespeitosa era uma política que tratava com levianidade os crimes dos quais o Estado era responsável. Desse modo, explicitava-se as contradições de um discurso democrático de superação do regime político anterior mas que consequentemente apontava para as continuidades que haviam entre uma ditadura e uma democracia que se enunciava como contrária a qualquer regime autoritário de governo.

Nesse caso, a denúncia encaminhava o debate para uma explicitação dos limites de um Estado que não conseguia cumprir com a sua promessa democrática pós-ditatorial de reparação daquilo que podia ser colocado nos termos de um trauma coletivo desencadeador das mais variadas manifestações de sofrimento social. Tal diagnóstico colabora com a tese anarquista e autonomista que pretende expor a arbitrariedade de um Estado incapaz de resolver imparcialmente os conflitos. Isso porque, a contradição nesse caso estava no fato do conflito ter sido executado pelos seus próprios agentes e personificadores da força estatal, não de modo arbitrário ou abusivo, mas consoante a uma ideia de política que não abriga dissidências e dissonâncias.

Depois da repercussão desse caso argentino, não demorou muito para que o escracho se tornasse conhecido por diferentes coletivos latinos americanos. Essa experiência foi compartilhada e reelaborada de acordo com contextos e situações variadas tal como anunciarei brevemente.

Uma dessas reelaborações políticas do escracho, pensado como um modo de explicitar algo que estava até então colocado na ordem do não-enunciável, tomou forma na Universidade do México em 2011. Nessa ocasião, o agressor era um professor universitário acusado de assediar sexualmente e moralmente uma aluna. Participantes de coletivos feministas manifestaram-se com cartazes e falas que publicizavam o nome do assediador e quão inadmissível era aquela situação.

ISBN: 978-85-7205-159-0

Dessa vez o escracho migrou do contexto no qual foi inicialmente elaborado com o intuito de responder a uma outra modalidade de violência. Igualmente silenciada, a violência de gênero que está por trás do assédio moral e sexual, possui como ponto de semelhança com o caso relatado anteriorimente, a saber, o fato dos denunciados serem pessoas reconhecidas pela sua autoridade.

A ação direta mexicana, articulada entre as estudantes da Universidade Autonoma do México colocou a possibilidade de exposição do conflito que envolvesse um amplo questionamento sobre a violência contra as mulheres. Animou diferentes coletivos em um contexto de ampliação do debate sobre as questões de gênero, mesmo que ainda estivessem muito localizadas socialmente.

Não cabe aqui fazer um amplo levantamento das especificidades latino americanas em relação à violência de gênero. Não se sabe, inclusive, se é possível falar em especificidade latino americana, apesar de reconhecer que o fenômeno se manifesta de modo particular em contextos distintos. Até porque, ao manter grandes narrativas arquetipicamente construídas sobre "a violência latino americana", corre-se o risco de reiterar uma visão bastante difundida socialmente que localiza a violência em geral, e a de gênero em particular, como uma patologia cujo *locus* propagador é a periferia do mundo.

A relação apressada entre violência e subdesenvolvimento, aquilo que não foi suficientemente civilizado, apaga o sentido profundo da conformação social que permitiu uma determinada configuração da violência e não outra. Escamoteia-se o fato de que a efetivação da civilidade foi (e é) um processo de constante violência. Ao mesmo tempo, circunscreve de modo bastante limitado e unilateral o que é considerado violência e aquilo que está na ordem do aceitável, do não- violento. No caso da violência de gênero, a ficção de uma naturalização daquilo que é entendido socialmente como violência se explicita. Em muitos casos, a agressão cometida contra uma mulher não é considerada uma forma de violência. Voltaremos nesse ponto mais adiante.

Os casos de escracho chegaram no Brasil de modo bastante peculiar. Ainda referido como uma ação política ao gosto de coletivos anarquistas e autônomos, esse modo de denúncia encontrou solo fértil nos movimentos sociais auto-gestionados. Cronologicamente falando, foi a experiência de uma denúncia no Brasil que influenciou a ação direta mexicana descrita anteriormente. Das diferentes denúncias que se conformaram tendo o escracho como um mecanismo de explicitação da violência até então ocultada, boa parte foram articuladas e realizadas internamente aos movimentos. Em geral, a ideia era evidenciar a violência cometida por um membro militante do grupo. Em um primeiro momento, a exposição era feita somente para os

ISBN: 978-85-7205-159-0

participantes do coletivo. A proposta ia no sentido de enunciar o caso e propor que isso fosse problematizado e resolvido internamente. O Movimento Passe Livre, Movimento Sem Terra, dentre outros, foram alguns dos grupos nos quais essas práticas ganharam visibilidade e provocaram dissidências.

Os casos de denúncia de violência de gênero no interior das organizações políticas tem várias peculiaridades. Uma delas diz respeito ao fato de que se pressupõe um compartilhamento mínimo de posicionamentos políticos. Isso teoricamente facilitaria um diálogo entre os participantes. No entanto, assim como nos mais diferentes casos de denúncia de violência, a primeiro movimento do denunciado é negar a "acusação" que lhe foi feita. Isso serve para os representantes das várias instâncias de comando tecnocrático do Estado bem como para militantes históricos dos movimentos sociais que presam por uma organização mais horizontal e mais anti-vanguardista possível.

Esse mecanismo de recalcamento subjetivo, quando transposto para a coletividade, conformou uma negação categórica das denúncias dos casos de agressão envolvendo participantes de um mesmo coletivo político. A avalanche de denúncias que surgiam depois da circulação de informações sobre um caso de agressão específico foi suficiente para demonstrar que essa era uma questão urgente que não tinha encontrado anteriormente meios para ser enunciada. Assim que alguém rompe o silêncio, os mais variados casos de violência começam a emergir. Tudo se passa como se aquilo que foi apresentado como uma exceção caracterizava-se como a regra para a maioria das relações.

E novamente é preciso dizer: não vem ao caso ficar esmiuçando os pormenores do modo como a violência de gênero tem lugar nos movimentos sociais. Primeiramente, porque não interessa mostrar quão "esquizofrênicos" são aqueles que lutam pela igualdade social e não percebem suas relações mais íntimas como desiguais e, portanto, potencialmente violentas.[1] A questão aqui diz respeito a perceber que, novamente, não se trata de uma exceção, de um espaço propiciador para que essa violência ganhe efetividade. A peculiaridade dos movimentos sociais está no contrário, em um estímulo ao questionamento social que se desdobra em uma reflexão sobre as relações intersubjetivas mais particulares daqueles que se entendem como agentes e sujeitos políticos.

[1] Não faz parte do argumento central do texto enunciar que há uma relação direta e ontológica entre desigualdade e violência. Todavia, para o caso de uma sociabilidade moderna, os dois fenômenos andam intimamente relacionados.

ISBN: 978-85-7205-159-0

Se o questionamento em relação à violência de gênero foi bem acatado ou gerou um desconforto coletivo é uma outra questão não menos relevante. Os próprios mecanismos de defesa subjetiva tendem a negar em imediato qualquer enunciação daquilo que está recalcado e pode criar ou não um mau-estar diante da situação enunciada. No caso dos coletivos um assunto como violência de gênero afeta a todos de modos diferente. Para além da situação da agressão problematizada naquele momento, o movimento de pensar em ações coletivas para resolução de conflitos dessa dimensão requer um olhar para dentro de si; um movimento interno a todos aqueles que estão elaborando politicamente algo sobre essa modalidade específica de violência. E o curioso (e portanto angustiante) é que nesse caso não é possível exteriorizar o *locus* do problema. Não é o Estado, o político, o partido de oposição que unifica os membros da coletividade em torno de um posicionamento contra um inimigo em comum. Nesse caso o "inimigo" está internalizado. Ele conduz à naturalização das práticas sociais. E os coletivos que se enxergavam até então como compostos por partes diferentes porém colocadas em pé de igualdade política são obrigados a reconhecer que essa igualdade é tão ficcional quanto a igualdade burguesa que tentam denunciar como uma farsa. É essa farsa que o escracho pretende desmascarar.

Violência como relação social

Depois desse breve e insuficiente panorama sobre algumas práticas daquilo que ficou conhecido politicamente como escracho, a ideia é sugerir uma leitura que pense nessa ação enquanto forma política de denúncia de casos de violação de princípios básicos de sociabilidade. O esforço teórico é ir para além de um punitivismo imediatista que não pensa criticamente suas implicações políticas e sociais. Mas antes disso é preciso insistir em um ponto: o escracho busca sobretudo explicitar o caso de agressão e violação na medida em que faz parte de seus pressupostos que as relações aparentemente pessoais são práticas compartilhadas socialmente. Não faz parte de sua finalidade punir ou meramente expor o agressor. Trata-se de colocar no campo do social, na esfera do debate público, um caso de violência que muitas vezes só pode ser reproduzido porque conta com o silêncio e vulnerabilidade da pessoa agredida e com a conivência ou despreparo da sociedade para lidar com essas questões.

ISBN: 978-85-7205-159-0

Sendo assim, faz-se necessário distinguir esse tipo de ação direta dos linchamentos e humilhações públicas cometidos contra assaltantes ou pessoas que desrespeitaram o sacro princípio da propriedade privada. Difere-se também de linchamentos contra estupradores e assassinos na medida em que ambos os casos são enquadrados juridicamente como crimes hediondos e possui peculiaridades que não cabem nesse artigo. Não faz parte do argumento manter uma hierarquização dos modos de violência. Isso porque, o estupro é um dos casos mais comuns de violência de gênero e envolver majoritariamente pessoas conhecidas.

Dos três casos de escracho e denúncias rapidamente apresentados no item anterior é possível perceber um movimento que os articula. Ele vai de uma problematização daquilo que é entendido como algo propriamente político, passando por uma instância institucionalizada de saber pretensamente crítica até chegar em um questionamento profundo sobre a configuração de relações afetivas entre aqueles que se pretendem parceiros políticos e críticos à sociedade.

Nos casos em que a denúncia envolve um político profissional ou um tecnocrata personificador do papel do Estado, o escracho é entendido facilmente como um ato político, na medida em que se mantêm confinado ao âmbito da espetacular esfera pública. No escracho envolvendo um professor universitário, o que se explicita é um encaminhar da crítica cada vez mais em direção a um questionamento vinculado às relações intersubjetivas hierarquizadas. As assimetrias existentes entre chefes e funcionários e/ou subordinados (próprios aos ambientes institucionalizados e configurados pela relações de trabalho no qual a universidade se insere) são reiteradas por sucessivos assédios morais. Demonstração de poder e o estímulo ao medo diante da instabilidade e da ameaça de desemprego conduzem a uma pressão capaz de abrir passagem para sucessivos gestos abusivos cotidianamente naturalizados. O caso limite (já que nem todos os países consideram a agressão física em ambiente de trabalho algo socialmente aceitável) é o assédio sexual e as chantagens de diferentes conotações envolvendo mulheres ocupantes de cargos subalternos ao do agressor. Mas vale insistir novamente: dar enfoque a violência de gênero não significa fazer tábula rasa às diferentes modalidades de violência. Não cabe tratar do tema nesta ocasião, mas por ora é possível adiantar que a hipótese é a existência de uma relação hierarquizada que organiza a sociabilidade tendo por base a reprodução da violência. Um caso evidente é um modo militar de organização social naturalizador de humilhações e subalternidades. A violência que há por trás da diferenciação racial também colabora para a naturalização de regimes de inferiorização pretensamente biológicas que justificam uma série de apagamentos e eliminação do outro.

ISBN: 978-85-7205-159-0

Talvez fosse o caso de lembrar mais uma modalidade de escracho político, a saber, aqueles direcionados a denunciar o emprego de trabalho análogo ao escravo. Grandes empresas como Zara, Mc Donald, Nike foram amplamente descritas como exemplos de exploração do trabalho. Mas, para além de circunscrevê-las como casos isolados e quase patológicos de obtenção de lucros para além do aceitável e, portanto, merecedoras de boicote, talvez fosse o caso de ampliar o debate. Desse modo, a sugestão da crítica vai no sentido de explicitar o fato de que as relações de trabalho, mesmo aquelas aparentemente aceitáveis e colocadas dentro dos parâmetros de justa remuneração são necessariamente violentas, coercitivas e geradora de muito sofrimento social.

Aqui já começamos a perceber que a agressão e a violência tem um sentido social específico. Ao contrário do que é percebido pela consciência moderna, não se trata de um ato gratuito e irracional. A violência parte de um "cálculo" de possibilidades e de implicações do sujeito e das possíveis reverberações do ocorrido. No caso de um ambiente no qual a reprodução da hierarquia é o que organiza seu funcionamento, conta-se sobretudo com o constrangimento e o medo da pessoa agredida ou violada como forma de expandir cada vez mais o grau de assédio.

Com exceção de casos envolvendo pessoas desconhecidas - o que não é a regra - a violência se dá por uma sucessão de aberturas das condições objetivas que aproxima a pessoa agredida de seu agressor. Evidente que nem todo esse suposto "cálculo" se dá de forma consciente. E muito menos queremos sugerir que a pessoa agredida é alguém em absoluto estado de passividade diante dessa relação. É importante ter isso em conta e vale a pena insistir: estamos falando de uma relação social. Mesmo que indireta, no caso institucional, essa relação só se efetiva através de mediações. Seja no caso de chefia ou no caso da proximidade permitida por condições sociais de estudo ou trabalho, há uma convivência e uma sociabilidade que permite ou interdita determinados comportamentos.

Há contudo os casos de violência que aparecem como um abuso diante de uma situação consentida. Esses são os mais difíceis de serem tematizados. Sobretudo em relações vinculadas a casais com laços afetivos formais, tais como namoro e casamento, a agressão sequer é entendida como violência. Os exemplos dos escrachos envolvendo membros de organizações políticas são emblemáticos posto que explicitam o modo como essas agressões são socialmente entendidas. Uma das reações mais imediatas diante das denúncias dizia respeito a uma desconfiança da veracidade do conteúdo da informação. Recalcando novamente o fato da

ISBN: 978-85-7205-159-0

violência como algo que atravessa a nossa sociedade, a primeira pergunta era porque, afinal, a denunciante decidiu expor de tal maneira a sua vida íntima?

Consoante a uma cultura que confina no âmbito privado as relações afetivas e, que portanto, faz vistas grossas a tudo que acontece naquela esfera por pensá-la como dissociada do espaço público, a desconfiança diante da denúncia ia no sentido de perguntar-se o que havia acontecido na relação para que a denunciante resolvesse expor aquilo que no fundo todos sabiam que estava passível de acontecer em qualquer relacionamento. A ideia de uma possível vingança talvez fosse um dos mecanismos argumentativos mais comuns utilizados para se esquivar do problema. Localizando discursivamente o motivo da denúncia, encerrando-a dentro de uma justificativa não política (portanto para além do campo da racionalidade posto que mobilizada simplesmente pelos afetos). Tratar a denúncia como algo isolado e motivado simplesmente por interesses egoístas particulares é um modo de desqualificar o problema e recalcá-lo ainda mais.

A recusa em se debater o tema da violência de gênero contraditoriamente explicitava quão urgente era esse problema. Não demorou para os coletivos divergirem internamente e fortalecerem (mesmo sem querer) a configuração de redes feministas que passaram a pautar cada vez mais as relações forjadas pela sociabilidade moderna como algo substancialmente violento.

O resgate e reelaboração de toda uma tradição de teoria de gênero ganhou força nesse contexto. Com ajuda de listas de e-mails e redes sociais, informações e casos de violência foram amplamente compartilhados entre feministas de diferentes lugares do país e do mundo.

As minúcias do modo como a violência age na sociabilização moderna foram cada vez mais compartilhadas a ponto de perceber-se alguns traços comuns em diferentes narrativas de experiências individuais. Muitas delas passavam pelo reconhecimento prático daquilo que foi categorizado como “heteronomatividade compulsória”. Trata-se sobretudo de reconhecer a existência de um padrão de relação social que pressupõe uma cisão binária de gênero. Uma hierarquização seguida de uma hipervalorização cultural do falo e do poder simbólico a ele vinculado. Tal relação é transmitida e reiterada cotidianamente desde o momento do nascimento da criança. O reforço desses papéis sociais é colocado para os “assim chamados homens e mulheres” de modos diferentes, dentro de uma lógica binária de pensar a sexualidade e o mundo.

ISBN: 978-85-7205-159-0

Para um pensamento que se quer crítico à sociabilidade moderna (cuja reprodução depende das relações heteronormativas), a própria noção de sexo e gênero apresenta-se como algo histórico e culturalmente circunscrito. A percepção cartesiana do mundo é uma particularidade própria à forma de consciência moderna ocidental que, por diversas razões, se pretende universal. Seu movimento de universalização, efetivado pelas mais variadas formas de colonização, reconfigurou substancialmente as relações de diferentes contextos ao ponto de se impor como regra. Não à toa, tudo que lhe escapa entra para a ordem do patológico. Esse é o caso, para ficarmos nos exemplos confinados à sexualida do hermafroditismo, da homossexualidade e da transexualidade.

Há muitos modos de exemplificar esse movimento contraditório da heteronormatividade compulsória e seu processo de imposição enquanto forma social. Um deles diz respeito a constituição de padrões sexuais daqueles reconhecidos socialmente como "garotos". Desde criança são ensinados a supervalorizar seu pênis e rechaçar cada vez mais as "meninas" ao mesmo tempo em que mantêm uma forte afinidade pelos seus pares. Todavia, para que eles não se (con)formem socialmente como homossexuais, são estimulados desde muito novos a explicitar o máximo possível a seu desejo pela vagina (enquanto objetificação localizada e circunscrita do desejo) como uma demonstração de distância em relação à homossexualidade. No entanto, a homoafetividade é mantida e inclusive estimulada em um sentido coletivo de pertencimento à "irmandade". Isso cria uma clivagem no próprio sujeito masculino que se vê afetivamente ligado aos seus pares ao mesmo tempo que introjeta um interesse meramente sexual pelas garotas. Não é a toa que sua heterossexualidade precisa ser reafirmada e externalizada com tanto reforço individual e social. A industria pornográfica, que se ramifica nas mais variadas formas de entretenimento, tais como as peças publicitárias, é um belo exemplo dessa conformação compulsória da heteronormatividade . Qualquer sociabilização alternativa apresenta-se como desviante.

Todavia, o prazer não é somente induzido binariamente no sentido da (con)formação de localizar, afinal, quem é o objeto de prazer e quem é o sujeito da relação. O direcionamento social também é capaz de orientar o modo como se alcança esse prazer. E ele não só é unidirecional como também está confinado na ordem da violência.

O estímulo à fragilidade feminina colabora com essa configuração. Das vestimentas ao comportamento sexualmente reprimido, da vergonha da vagina à uma supervalorização do corpo às avessas, a garota organiza

ISBN: 978-85-7205-159-0

sua narrativa desde a mais tenra infância tendo por finalidade a maternidade, rivalidade concorrencial e o encontro com o príncipe encantado. Não importa se ele é o Sherk da Disney. O importante é que ele virá.

A centralidade do "homem" na constituição psíquica das assim chamadas "mulheres", acaba por reforçar uma ideia assimétrica que localiza socialmente o "lado fraco" da relação. Os próprios adjetivos popularmente utilizados para predicar homens e mulheres explicitam não só a já categorizada assimetria mas evidencia sobretudo que se trata de uma co-relação de forças. Dentro desse discurso respaldado pela ciência e seu estatuto de veracidade, a vulnerabilidade ganha inclusive conformação biológica e, portanto, um sentido social muito específico.

Também a instituição familiar - enquanto um espaço no qual a violência é justificada pedagogicamente pela responsabilidade educacional de conformação de seus membros à sociabilidade desejada - prepara os sujeitos para as práticas de agressão física e psicológica próprias as relações modernas. Longe de pensar a família como uma instituição apartada das demais, cabe lembrar que essas práticas constituidoras são reiteradas pela escola e pelos mais variados âmbitos de convívio social. E sendo assim, comportamentos violentos tornam-se socialmente justificados, aceitos, quando não são implícita ou explicitamente desejados.

Resolução de conflito

O termo "resolução de conflito" pode denotar que há por trás desse texto a tentativa de demonstrar teoreticamente, através da apresentação de uma fórmula matemática, o modo de solucionar as equações que envolvem violência de gênero. Essa definitivamente não é minha pretensão. Por ora, basta dizer que se trata muito mais de levantar questões, sugerir reflexões sobre o modo como nos relacionamos socialmente e, por fim, pensar o modo como isso está vinculado com uma forma muito específica (historicamente e culturalmente falando) de constituição de relações intersubjetivas.

Dito isso, podemos inferir que, se tratando de algo que tem raízes profundas em nossa constituição subjetiva, dificilmente seria possível encontrar qualquer forma de resolução de conflito que pretenda solucionar simplesmente os casos fenomênicos de violência. Ou seja, trata-se de defender que, qualquer

ISBN: 978-85-7205-159-0

medida pontual de resolução de conflito é insuficiente. Todavia, quando falamos de violência estamos diante de vidas concretas que estão passando por momentos de sofrimento e conformação traumática. Assim, o primeiro passo da resolução de conflito é quebrar o ciclo de violência direto. É bloquear o contato do agressor com a pessoa que o denuncia. Esse bloqueio não precisa ser necessariamente o encarceramento. Pelo menos não deveria. Mas para que isso ocorra é preciso que as pessoas do círculo social do agressor entendam que o afastamento imediato é necessário. Em geral, a denúncia é feita quando a situação chegou no seu limite. De algum modo, as condições objetivas possibilitaram a quebra do silêncio. Mesmo que a denúncia e o pedido de ajuda apareçam de forma desconexa, como é próprio das narrativas pós-traumáticas, o importante é perceber que há uma tentativa de romper com o ciclo de violência.

O escracho pode ser pensado como um modo de resolução de conflito por diferentes motivos que serão agora brevemente enunciados. O primeiro deles diz respeito a quebra de silêncio a partir da criação de ambientes propícios ao debate sobre violência de gênero. A elaboração coletiva dá uma outra dimensão para um sofrimento que se apresenta particularizado. Há aqui a ideia de que o debate sobre o assunto tem um pontencial de desnaturalizar e tornar inadmissível essa prática social. Esse exercício de nomeação do sofrimento, muito próprio à psicanálise, coloca as pessoas na posição de elaboradoras de significados sobre a situação de violência social manifestada nas relações de gênero.

A enunciação coletiva desse problema através do escracho está muitas vezes ligada ao fato de que a cisão moderna entre esfera pública e esfera privada criou fissuras sociais que permitiu aos sujeitos quase uma vida dupla. A aparente normalidade, bom convívio e não violência andam *pari passu* com a internalização e o confinamento privado de agressões e assédios. Tal cisão se dá a ponto de só ser percebido como violenta uma agressão que sai do lugar que lhe é próprio. Essa cisão muitas vezes é mantida e alimentada porque conta com o silêncio e constrangimento da pessoa agredida. A dificuldade de expor a violência que organiza essa dissociação entre esfera pública e privada é aquilo que, ao mesmo tempo, mantém a agressão confinada dentro de uma estrutura de pensamento que reforça cotidianamente a aceitação e a normalidade daquela situação.

Na medida em que a agressão acontece porque ela é socialmente aceita, o recurso ao escracho pretende quebrar essa naturalização. E para além de circunscrever individualmente o problema, sua força está em colocar todos os membros do coletivo como responsáveis pela reprodução desse tipo de sofrimento social. A sequência de denúncias que surgem após uma primeira quebra de silêncio demonstra que o sofrimento diante

ISBN: 978-85-7205-159-0

da agressão não é um caso isolado e que a enunciação só estava aguardando o seu momento mais oportuno para acontecer.

É comum a circulação de confidências e histórias pessoais de violência após a publicização de uma caso de agressão. Mesmo que aquilo não seja enunciado na forma de denúncia pública, demonstra o modo como os escrachos mobilizam questões individuais e sugere elaborações daquilo que até então não era denominado como violência.

Os deslocamentos e as reflexões introspectivas também ocorrem com os homens. A primeira reação diante de denúncias de caso de violência de gênero é a negação ou o constrangimento diante do enunciado. Isso porque enquanto sujeitos percebidos como o "lado mais forte" da relação, incorporam simbolicamente o *locus* propagador da violência privada, quando não da violência social. Reconhecer isso como algo que os constitui subjetivamente, causa-lhes angústia; sobretudo quando se querem politizados e críticos em relação à sociedade moderna.

Sendo assim, levantando um debate sobre esses assuntos, quebrando o silêncio daquilo que se encontrava coletivamente recalcado é possível perceber quão constituidora das nossas relações a violência é. O debate, então, se desloca do caso pessoal e passa para um questionamento generalizado sobre o modo como nos relacionamentos. Como fomos ensinados a nos referenciar e como essas práticas constituem a nossa subjetividade e a nossa sociedade. Falar da violência, nomeá-la, faz parte de uma elaboração que pretende caminhar para além de uma mera especulação teórica. Trata-se inclusive de questionar o tratamento binário que se dá entre prática e teoria. Nomeamos aquilo que conhecemos; pensamos abstratamente sobre aquilo que tem em algum nível efetividade concreta. Não se trata de esferas dissociadas e estanques.

Perceber quão constituidora da subjetividade moderna a violência de gênero é, faz os movimentos sociais saírem de uma suposta sinuca de bico a qual estão aparentemente expostos. Pensar resolução de conflito, nos mais variados níveis, não significa adotar uma postura ou punitivista ou omissa. A escolha binária entre fazer vistas grossas ou cobrar para que o "culpado" pague pelos seus pecados nada mais é do que uma judicialização das relações. A secularização de uma lógica religiosa de punição dos pecados alimentado pela fabricação de um bode expiatório. Por isso, o escracho também não pode ser entendido como algo que localiza arquetipicamente um culpado e o expõe.

ISBN: 978-85-7205-159-0

Todavia, tal pensamento não pode servir de justificativa para uma atitude cínica diante da reprodução de padrões violentos de convivência. Existe uma conformação social binária bem definida que é preciso, inclusive, ser questionada e superada. Tal cartesianismo próprio ao pensamento moderno está para além da sexualidade e atravessa também as relação subjetivas racializadas.

Mas para que superação aconteça é imprescindível uma análise profunda das atitudes e simbologias que colaboram para a reprodução cotidiana de tais comportamentos. Se é verdade que toda ideia tem por trás o desejo de efetivar uma utopia, aqui a utopia está na urgência de desativar os mecanismos de poder que se reproduzem socialmente e causam uma série de sofrimentos sociais. Dos transtornos psíquicos, à superexploração das mulheres e populações racializadas, passando pela eliminação das vidas obsoletas, faz-se necessário perceber criticamente quais são os valores sociais que atravessam a experiência moderna ocidental eurocentrada. Interessa elaborar uma crítica a esse modo específico de sociabilidade que insiste em categorizar e hierarquizar todos os sujeitos de modo a julgar inclusive quais são as experiências e normatividades que merecem ser perpetuadas e quais são os modos de vida e, sobretudo, as pessoas que podem ser eliminadas.

Referência Bibliográfica:

BENJAMIN, Walter. “Crítica da violência - crítica do poder” e “Experiência e pobreza”. *Documento de Cultura Documento de Barbárie (Escritos Escolhidos)*. São Paulo, Edusp/ Cultrix. 1986.

BUTLER, Judith. **Dar cuenta de si mismo: violencia ética y responsabilidad.** Buenos Aires, Amorrourtu, 2009.

_____. **Mecanismos psíquicos del poder. Teorías sobre la subjecion**. Madrid, Catedra. 2001.

|_____. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2012.

DAS, Veena (ed.). **Violence and Subjectivity**. Berkley/ London, University of California Press. 2000.

HARRIS. Angela P. “Violence, race, and criminal justice”. **Standford Law Review**. Vol. 52, n. 4 (apr. 2000), p. 777-807.

hooks, bell. “Refusing to be a victim”. **Killing Rage: Ending Racism**. New York, 1996, p. 51-61.

KURZ, Robert. “Dominação sem sujeito. Sobre a superação de uma crítica social redutora.” **Krisis,** n. 13, 1993. Disponível em: < http://http://www.obeco-online.org/rkurz86.htm>.

ISBN: 978-85-7205-159-0

SCHOLZ, Roswitha. “A nova crítica social e o problema das diferenças: disparidades econômicas, racismo e individualização pós-moderna. Algumas teses sobre o valor-dissociação na era da globalização. *Exit!*, 2004. Disponível em : <http://http://www.obeco-online.org/roswitha-scholz3.htm>.

_____. “O valor é o homem. Teses sobre a socialização pelo valor e a relação entre os sexos.” *Novos Estudos- Cebrap*. São Paulo, n. 45, jul. 1996, p. 15-36.

SOUSA, Bruna Mantese de. **Mulheres de Fibra. Narrativas e o ato de narrar entre usuárias e trabalhadoras de um serviço de atenção a vítimas de violência na periferia de São Paulo**. Campinas, Unicamp, 2015. Tese de doutoramento em Ciências Sociais.